



Anexo I: Detalhamento das Justificativas

Finalidade: Este anexo tem por finalidade fundamentar as escolhas técnicas e administrativas relacionadas à contratação de empresa especializada para execução de serviços especializados para construção de 01 (um) galpão em estrutura metálica, na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, em conformidade com as disposições legais aplicáveis, com as necessidades da Administração Pública e com o previsto no Termo de Referência - TR n.º 05/2026 - 2ª/GRD/UEP, passando as justificativas aqui apresentadas a integrar o referido instrumento.

Aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP): O Estudo Técnico Preliminar n.º 05/2026 — 2ª/GRD/UEP, referente à execução de serviços especializados para construção de 01 (um) galpão em estrutura metálica, na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, foi aprovado e homologado pelas autoridades competentes, conforme documento constante do processo n.º **59520.001248/2026-17-e**.

Projeto de Engenharia: O Projeto de Engenharia referente à execução de serviços especializados para construção de 01 (um) galpão em estrutura metálica, na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, foi elaborado pela Codevasf, contemplando as peças técnicas necessárias à adequada caracterização e execução da obra, conforme Anotação de Responsabilidade Técnica — ART n.º **BA20261547704**, constante do processo n.º **59520.001248/2026-17-e**.

Justificativas:

1. Escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

- 1.1. A execução de serviços especializados para construção de 01 (um) galpão em estrutura metálica, na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, por meio de serviços de engenharia e com base em projeto de engenharia próprio elaborado pela Codevasf, representa a solução de infraestrutura mais adequada para a necessidade identificada. Constatou-se isso por meio de levantamento constante no ETP, que avaliou a possibilidade de elaboração de projeto de engenharia próprio pela Codevasf, alternativa adotada por proporcionar maior controle técnico, melhor adequação funcional, compatibilidade com as necessidades locais, maior segurança na execução e melhor alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia
- 1.2. Adicionalmente, foi realizada análise comparativa das formas de contratação, incluindo execução direta e parceria público-privada (PPP), chegando-se à conclusão que a solução mais adequada ao interesse público é a realização de licitação própria, na forma eletrônica, com critério de julgamento por maior desconto e regime de execução por empreitada por preço unitário, visando à contratação de empresa especializada para execução do objeto. Tal modelagem assegura competitividade, transparência, controle de preços, adequada medição dos serviços efetivamente executados e aderência ao projeto de engenharia elaborado pela Codevasf.
- 1.3. Diante disso, a solução mais adequada ao interesse público é a realização de **licitação própria, na forma eletrônica, com critério de julgamento por maior desconto e**



regime de execução por empreitada por preço unitário, visando à contratação de empresa especializada para execução do objeto. Tal modelagem assegura competitividade, transparência, controle de preços, adequada medição dos serviços efetivamente executados e aderência ao projeto de engenharia elaborado pela Codevasf.

- 1.4. Não se adotará o Sistema de Registro de Preços – SRP, tendo em vista que a contratação possui objeto certo, local de execução definido e quantitativo determinado, correspondente à execução de apenas 01 (um) galpão em estrutura metálica na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, em Bom Jesus da Lapa-BA, não havendo demanda futura incerta, múltiplas unidades ou necessidade de contratações sob demanda.

2. Procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

- 2.1. Em conformidade com a legislação vigente, o valor estimado da contratação foi definido com base em orçamento detalhado, conforme Parecer de Custos e demais documentos técnicos constantes do processo nº **59520.001248/20256-17-e**. Para a composição dos custos unitários, foram adotados prioritariamente os preços referenciais do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil — **SINAPI/BA**, referente a junho de 2026, e, de forma complementar, as bases **SICRO/BA**, referente a abril de 2026; e **ORSE/SE**, referente a abril de 2026, observadas a compatibilidade das composições com os serviços previstos, a data de referência e as condições locais de execução. Para os serviços e insumos não contemplados adequadamente nas bases referenciais, foram utilizadas composições próprias da Codevasf, em conformidade com a N-440 — Norma de Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços da Codevasf, de modo a assegurar que o orçamento de referência reflita os preços praticados e as especificidades da obra.
- 2.2. O BDI de serviços foi estipulado em 23,03% (vinte e três inteiros e três centésimos por cento) e o BDI diferenciado para fornecimento em 15,00% (quinze por cento), em conformidade com os parâmetros recomendados na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (e.g., Acórdão n.º 2.622/2013 - Plenário).
- 2.3. Para fins de composição do BDI, considerou-se a alíquota municipal de ISS de 5,00% (cinco por cento) aplicável ao município de Bom Jesus da Lapa-BA, com incidência sobre 70% (setenta por cento) da base de cálculo, resultando no percentual efetivo de 3,50% (três e meio por cento) considerado na planilha orçamentária.

3. Exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:

- 3.1. As exigências de qualificação Técnica Operacional visam assegurar que a licitante possua a experiência necessária para executar o objeto com a qualidade requerida. Os itens, que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do Termo de Referência, foram selecionados conforme a relevância técnica e de valor significativo, em conformidade com a Súmula n.º 263/2011 do TCU, tendo representatividade na Curva ABC do empreendimento, dentre os serviços que representam mais de 70% (setenta por cento) do valor da obra.
- 3.2. Os quantitativos mínimos exigidos para comprovação da Capacidade Técnico



Operacional, conforme item “9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA” do TR, são aproximadamente 61% (sessenta e um por cento) dos quantitativos previstos para execução do objeto e consequentemente presentes na planilha orçamentária, garantindo a qualificação da Contratada sem restringir indevidamente a competitividade.

4. Necessidade da contratação:

- 4.1. A contratação é motivada pela necessidade urgente de local adequado para armazenamento de equipamentos e materiais na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, na cidade de Bom Jesus da Lapa-BA, produtos estes que na sua grande maioria são doados a entidades que os utilizam para promoção de inclusão produtiva e fortalecimento das atividades econômico-produtivas apoiadas pela Codevasf.
- 4.2. A falta de mais espaço adequado para armazenamento de equipamentos e materiais na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf tem sido um grande empecilho nos trabalhos logísticos da superintendência na cidade de Bom Jesus da Lapa-BA, o que vem limitando a aquisição, recebimento e doação destes produtos. Assim, a construção de 01 (um) galpão em estrutura metálica apresenta-se como ação estratégica para suprir essa carência, criando um espaço adequado ao armazenamento de equipamentos e materiais que não podem ficar expostos ao sol e chuvas.

5. Divulgação do valor orçado:

- 5.1. Público. Conforme Acórdão n.º 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei n.º 13.303, de 30/06/2016 (Lei das Estatais), proibição absoluta à revelação do orçamento.
- 5.2. Além disso, a análise da natureza do objeto não revelou informações estratégicas, comerciais ou industriais cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, não se enquadrando nas hipóteses de sigilo da Lei n.º 12.527 de 18/11/2011.

6. Critérios de Reajustamento:

- 6.1. Para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme preceitua o Art. 69, I, da Lei n.º 13.303 de 30/06/2016 e a Lei n.º 10.192 de 14/02/2001, foi adotado o critério de reajustamento de preços por meio de fórmula paramétrica. Essa metodologia é a mais adequada para obras de engenharia com tipologias de serviços heterogêneas, como a do presente objeto, que envolve terraplenagem, pavimentação, estruturas metálicas e edificações.
- 6.2. A utilização de uma fórmula com múltiplos índices setoriais, em vez de um índice único geral, permitem refletir com maior precisão a variação de custos de cada componente principal da obra. Os índices foram extraídos das publicações da Fundação Getúlio Vargas (FGV), fonte de reconhecida idoneidade e ampla aceitação no mercado e em órgãos de controle.
- 6.3. Os fatores de ponderação atribuídos a cada índice foram calculados com base na



representatividade de cada grupo de serviços no orçamento de referência, garantindo que o reajuste seja tecnicamente justo, transparente e aderente à real estrutura de custos do empreendimento.

- 6.4. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a fórmula contida no Termo de Referência (TR), item “13. REAJUSTAMENTO”.
- 6.5. Utilizou-se os serviços de maior relevância para caracterização dos 04 (quatro) grupos dos índices, conforme a publicação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Resultando na adoção da fórmula de reajustamento e índices a seguir:

$$R = Vx \left[N1 \times \frac{Ei - Eo}{Eo} + N2 \times \frac{Cai - Cao}{Cao} + N3 \times \frac{IEi - IEo}{IEo} + N4 \times \frac{Mi - Mo}{Mo} \right]$$

Onde:

R: valor do reajustamento

V: valor a ser reajustado

N1: percentual de ponderação de serviços de Edificações frente à totalidade dos serviços a executar.

N2: percentual de ponderação de serviços de Concreto Armado frente à totalidade dos serviços a executar.

N3: percentual de ponderação de serviços de Instalação elétrica frente à totalidade dos serviços a executar.

N4: percentual de ponderação de serviços de Estrutura Metálica frente à totalidade dos serviços a executar.

Ei: Refere-se à coluna 35 da FGV - Edificações Total, cód. AO159428, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

Eo: Refere-se à coluna 35 da FGV - Edificações Total, cód. AO 159428, correspondente a data de apresentação da proposta.

Cai: Refere-se à coluna 05 da FGV – Concreto Armado, cód. AO160116, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

Cao: Refere-se à coluna 05 da FGV - Concreto Armado, cód. AO160116, correspondente a data de apresentação da proposta.

IEi: Refere-se à coluna 56A da FGV – Materiais para instalação – Instalação elétrica, cód. AO1004904, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

IEo: Refere-se à coluna 56A da FGV – Materiais para instalação – Instalação elétrica, cód. AO1004904, referente a data de apresentação da proposta.

Mi: Refere-se à coluna 51A da FGV – Materiais para Estrutura – Material Metálico, cód. AO1004899, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

Mo: Refere-se à coluna 51A da FGV – Materiais para Estrutura – Material Metálico, cód. AO1004899, referente a data de apresentação da proposta.

7. Critério de Julgamento:

- 7.1. Maior Desconto. Adota-se o critério de julgamento pelo maior desconto, previsto no Art. 54 da Lei n.º 13.303, de 30/06/2016, por ser o mais adequado para a contratação de obra de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos no Projeto de Engenharia e nas Especificações Técnicas.
- 7.2. A adoção deste critério, alinhada ao princípio da economicidade, promove a disputa pela proposta mais vantajosa sem comprometer a qualidade da execução, assegurando, assim, a seleção da melhor oferta para a Administração.

**8. Regime de execução:****8.1. Não optar pelo regime SEMI-INTEGRADA:**

- 8.1.1. De acordo com a Lei n.º 13.303, de 30/06/2016, Art. 43, os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes:

Art. 43. Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes:

I – empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;

...

V – contratação semi-integrada, quando for possível definir previamente no Projeto de Engenharia as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias;

VI – contratação integrada, quando a obra ou o serviço de engenharia for de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica do objeto licitado ou puder ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.

- 8.1.2. Destaca-se que o objeto deste Termo de Referência consiste em obra de engenharia e possui projeto de engenharia específico e detalhado, que utiliza métodos construtivos consolidados e de amplo domínio do mercado, restando pouca flexibilidade ou necessidade de implementação de diferentes metodologias ou tecnologias construtivas, não se verificando a premissa necessária para a adoção da contratação semi-integrada, conforme previsto no inciso V anteriormente transcrito.

8.2. Empreitada por Preço Unitário:

- 8.2.1. Embora o objeto possua projeto de engenharia elaborado pela Codevasf e local de execução previamente definido, a adoção do regime de empreitada por preço unitário mostra-se adequada em razão da natureza dos serviços envolvidos na obra, especialmente aqueles sujeitos a variações quantitativas durante a execução, tais como limpeza e preparação do terreno, regularização e compactação do subleito, serviços de terraplenagem, fundações, concretagem, pavimentação e execução de pisos, instalações e demais serviços dependentes das condições efetivamente verificadas em campo.
- 8.2.2. O regime de execução de Empreitada por Preço Unitário é, por definição legal, nos termos do art. 43, inciso I, da Lei n.º 13.303, de 30/06/2016, o mais indicado para essa situação, pois a remuneração se ajusta ao que for efetivamente executado, mediante medições mensais e aplicação dos preços unitários propostos pela contratada.

9. Participação de Consórcios:

- 9.1. A participação de empresas em consórcio será vedada na presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste na construção de 01 (um galpão em estrutura metálica na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no município de Bom Jesus da Lapa,



no estado da Bahia, não se tratando de obra de alta complexidade técnica, operacional ou econômica que justifique a reunião de empresas para sua execução.

- 9.2. O objeto possui escopo definido, projeto próprio elaborado pela Codevasf, soluções construtivas usuais e serviços compatíveis com empresas do ramo da construção civil regularmente atuantes no mercado. Assim, não se identifica fator técnico, operacional ou econômico capaz de restringir a participação de empresas isoladas aptas à execução do objeto.
- 9.3. A vedação à participação de consórcios também contribui para simplificar a gestão contratual, concentrar a responsabilidade técnica e administrativa em uma única contratada e reduzir riscos relacionados à divisão de responsabilidades entre consorciadas, sem prejuízo à competitividade do certame.

10. Participação de Cooperativa:

- 10.1. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de cooperativas. A vedação justifica-se pelas características do objeto e pelo modo de execução da obra, que exigem direção técnica, coordenação permanente e organização hierárquica dos trabalhadores, com pessoalidade, habitualidade e subordinação jurídica incompatíveis com a atuação autônoma dos cooperados, em conformidade com a Súmula n.º 281 do Tribunal de Contas da União.
- 10.2. O objeto, contratado sob o regime de empreitada, exige gestão operacional centralizada e relação de subordinação técnica entre os trabalhadores e a estrutura responsável pela execução da obra, composta, entre outros profissionais, por engenheiro, mestre de obras e encarregados, circunstâncias incompatíveis com os princípios de autogestão e autonomia dos cooperados. A contratação de cooperativas nessas condições poderia descaracterizar o modelo cooperativista e configurar mera intermediação de mão de obra.

11. Participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:

- 11.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006 e Decreto n.º 8.538, de 06/10/2015.
- 11.2. O tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação pertinente será aplicado, conforme estabelecido no item “6.2. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE” do Termo de Referência (TR). A participação de ME/EPP é incentivada como forma de aumentar o caráter competitivo da licitação, bem como, promover o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda.

12. Permissão para Subcontratação:

- 12.1. É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e consideradas como principais do objeto, mais especificamente aquelas para as quais foi exigida qualificação técnica-operacional na habilitação. Essa medida assegura que a empresa vencedora, que comprovou sua expertise, seja a executora principal dos serviços críticos, em conformidade com o Art. 72 da Lei n.º 14.133, de 01/04/2021, aplicado subsidiariamente, e com o entendimento do TCU.



- 12.2. Será permitida a subcontratação das parcelas entendidas como auxiliares, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do Contrato, com anuência prévia da Codevasf, conforme item “6.6. SUBCONTRATAÇÃO” do TR. Não poderão ser subcontratados os seguintes serviços:
- a) Estrutura em perfil de aço ASTM A36 corte, solda e montagem - fornecimento e instalação;
 - b) Estrutura em perfil de aço ASTM A-572 corte, solda e montagem - fornecimento e instalação;
 - c) Execução de piso industrial de concreto armado, fck = 20 mpa, espessura de 15 cm;
 - d) Telhamento com telha em aço galvalume, simples, trapezoidal, pré-pintada, TP40 - 0,50mm, Kingspan- Isoeste ou similar;
 - e) Alvenaria de vedação de blocos vazados de concreto aparente de 14x19x39 cm (espessura 14 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira;
 - f) Administração local;
 - g) Concretagem com concreto usinado bombeável fck 25 MPa, inclusive adensamento e acabamento;
 - h) Verga moldada in loco com utilização de blocos canaleta, espessura de 15 cm;
 - i) Pintura com tinta alquídica de fundo (tipo zarcão) pulverizada sobre perfil metálico executado em fábrica (por demão);
 - j) Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) pulverizada sobre perfil metálico executado em fábrica (por demão); e
 - k) Pintura látex acrílica premium, aplicação manual em paredes, duas demãos.
- 12.3. Entende-se que a permissão de subcontratação das atividades auxiliares possibilitará a participação de um maior número de concorrentes e ampliará o caráter competitivo da licitação.
- 13. Visita:**
- 13.1. A visita técnica ao local de prestação dos serviços NÃO será obrigatória, conforme indicado no item “7. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS” do Termo de Referência (TR), porém, será de inteira responsabilidade da licitante a verificação “*in loco*” das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta, bem como emissão de DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA ABRANGÊNCIA DOS LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, conforme Anexo II, assumindo integralmente os riscos decorrentes do desconhecimento das particularidades da área de atuação.
- 14. Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**
- 14.1. As despesas decorrentes desta contratação são compatíveis com o Plano Plurianual (PPA) e alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2025-2030, conforme indicado no ETP.
- 14.2. As despesas decorrentes desta contratação encontram respaldo no Programa de Trabalho n.º 15.244.2317.00SX.0029 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - no Estado da Bahia, conforme indicado no ETP e nos documentos orçamentários constantes do processo nº 59520.001248/2026-17-e.

**15. Desapropriação:**

- 15.1. Não aplicável. Conforme premissa estabelecida no ETP, a área destinada à implantação de 01 (um) galpão em estrutura metálica pertence à Codevasf, não havendo necessidade de desapropriação.

16. Vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens:

- 16.1. O objeto da licitação não será parcelado em itens ou lotes, conforme análise realizada no item “10. Justificativas para o Parcelamento ou Não da Solução” do ETP, tendo em vista que a contratação se refere à construção de 01 (um) galpão em estrutura metálica na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, com projeto próprio elaborado pela Codevasf, local de implantação definido e escopo único e integrado.
- 16.2. A não divisão do objeto mostra-se mais vantajosa para a Administração, pois os serviços previstos - tais como serviços preliminares, regularização e terraplenagem, infraestrutura, estrutura metálica, fechamento vertical, drenagem pluvial e instalações elétricas - são interdependentes e necessários à entrega completa e funcional do equipamento público.
- 16.3. O parcelamento do objeto poderia gerar dificuldades de compatibilização entre diferentes contratadas, aumento de riscos de falhas de interface, conflitos de responsabilidade, atrasos na execução e maior complexidade para a fiscalização contratual, sem representar ganho efetivo de competitividade ou economicidade.
- 16.4. Dessa forma, a contratação em item único favorece a padronização da execução, simplifica a gestão e a fiscalização do contrato, concentra a responsabilidade técnica em uma única contratada e assegura maior eficiência na entrega do objeto, preservando a competitividade do certame por se tratar de **obra de engenharia**, com soluções construtivas usuais e amplamente conhecidas pelo mercado.

17. Garantia do Objeto:

- 17.1. A garantia do objeto deve obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei n.º 10.406, de 10/01/2002. O empreiteiro responderá durante 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho.

18. Garantia de Execução (caução):

- 18.1. A exigência de garantia de execução contratual, no percentual de **5,00% (cinco por cento) do valor do contrato**, constitui instrumento de mitigação de riscos, conforme fundamentado no art. 68 da Lei n.º 13.303, de 30/06/2016. A garantia visa assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, bem como o ressarcimento de eventuais multas e prejuízos.
- 18.2. A emissão da Ordem de Serviço - OS, para início da execução do objeto contratado, somente poderá ocorrer após a apresentação e a integralização da Garantia de Execução pela empresa contratada.

19. Emissão da Ordem de Serviço



- 19.1. A Ordem de Serviço (OS) poderá ser emitida em até 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato, a integralização da garantia de execução, quando exigida, e o atendimento das condições prévias necessárias ao início da obra, conforme previsto no Termo de Referência, no edital e no contrato.
- 19.2. No presente caso, não se aplica a justificativa relacionada ao Sistema de Registro de Preços ou à seleção futura de localidades, tendo em vista que o objeto é certo e determinado, correspondente à construção de 01 (um) galpão em estrutura metálica na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, em local previamente definido e conforme projeto próprio elaborado pela Codevasf.
- 19.3. A fase que antecede a emissão da OS deverá contemplar a verificação das condições indispensáveis ao início da execução, incluindo a regularidade da área de implantação, a disponibilidade do terreno, a confirmação das condições de acesso, a compatibilidade do local com o projeto de engenharia, a emissão de alvarás, licenças, autorizações ou dispensas aplicáveis, bem como demais providências administrativas, ambientais e legais necessárias.
- 19.4. Não será admitida a prorrogação do prazo para emissão da Ordem de Serviço, considerando que o objeto da contratação é certo, determinado e previamente definido, correspondente à construção de 01 (um) galpão em estrutura metálica na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, com local de implantação definido, projeto próprio elaborado pela Codevasf, escopo delimitado e quantitativo certo.
- 19.5. A impossibilidade de prorrogação do prazo para emissão da Ordem de Serviço visa resguardar o interesse público, assegurar a efetividade do planejamento da contratação e evitar atrasos injustificados no início da execução contratual. Considerando que não se trata de contratação por Sistema de Registro de Preços, nem de objeto sujeito à definição futura de localidade ou quantitativo, não há justificativa técnica ou administrativa para dilação do prazo de emissão da OS, devendo a Codevasf adotar previamente todas as providências necessárias para que a obra seja iniciada em tempo oportuno e executada conforme o cronograma previsto.

20. Licença Ambiental:

- 20.1. A regularidade ambiental da intervenção, mediante obtenção de licença ambiental, autorização, alvará, manifestação de dispensa ou outro ato equivalente, quando exigível, deverá ser providenciada ou confirmada antes do início da execução da obra. Considerando que o objeto da contratação é certo e determinado, correspondente à construção de 01 (um) galpão em estrutura metálica na Sede da 2ª Superintendência Regional da Codevasf, no município de Bom Jesus da Lapa, no estado da Bahia, a emissão da Ordem de Serviço ficará condicionada à comprovação da regularidade ambiental aplicável, cabendo à contratada, quando solicitada, fornecer as informações e os documentos técnicos necessários à instrução do processo, sem prejuízo da responsabilidade da Codevasf e/ou do município beneficiário quanto às providências institucionais perante os órgãos competentes.

21. Da exigência ou não de apresentação de patrimônio líquido mínimo:



- 21.1. Conforme Súmula TCU 275: Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços